

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

### PROJETO DE LEI Nº 3.114, DE 2012

(apensado o projeto de lei nº 4.427, de 2012)

Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que “*Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nºs 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências*”, para permitir a participação dos profissionais da educação na alimentação escolar.

**Autora:** Deputada SANDRA ROSADO

**Relator:** Deputado SEVERINO NINHO

## I – RELATÓRIO

O projeto de lei em epígrafe, da lavra da ilustre Deputada Sandra Rosado, altera dispositivos da legislação vigente de modo a permitir a participação, na alimentação escolar, dos profissionais da educação atuantes nas escolas. No projeto assegura-se, de um lado, a universalidade do atendimento, por meio da alimentação escolar, à totalidade do alunado da Educação Básica das escolas; de outro, ressalva-se que a “*oferta de refeições aos profissionais da educação será assegurada quando houver alimento excedente, sem prejuízo do direito à alimentação escolar fixado no art. 3º desta Lei*” (Art. 3º - *A alimentação escolar é direito dos alunos da educação básica pública e dever do Estado* (...)).

Na justificação da proposta, lembra-se primeiramente que “*A Constituição Federal fixa, em seu art. 208, a obrigatoriedade de o Estado garantir a oferta de programa suplementar de alimentação aos educandos do*

*ensino fundamental” e que “A Medida Provisória nº 455, de 2008, convertida na Lei nº 11.947, de 2009, ampliou o direito consagrado pela Carta Magna ao garantir o atendimento de todos os estudantes da rede pública de educação básica pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).”*

Afirma-se ainda que “A referida lei define alimentação escolar como “todo alimento oferecido no ambiente escolar, independentemente de sua origem, durante o período letivo (art. 1º)”. A definição é bastante elástica e, embora esteja claro que o PNAE tem por objeto o atendimento alimentar do aluno, o texto da lei não veda, absolutamente, o aproveitamento do alimento excedente por outros membros da comunidade escolar.”

A ilustre autora menciona então as preocupações da comunidade escolar do estado do Rio Grande do Norte com relação à “Recomendação Conjunta Nº 001/2011, do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte (MP/RN), por meio da 78ª Promotoria de Justiça da Comarca de Natal, e do Ministério Público Federal no Rio Grande do Norte (MPF/RN), que recomenda aos gestores das escolas estaduais que, atendendo aos princípios da legalidade e da eficiência do serviço público (Constituição Federal, art. 37, *caput*), apliquem estritamente os recursos oriundos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) para a aquisição de gêneros alimentícios destinados à alimentação escolar dos alunos da educação básica pública, em atendimento aos ditames da Lei nº 11.947, de 2009, **devendo-se tomar todas as medidas de gestão necessárias para evitar o indesejado desperdício de alimentos, proibindo-se, em qualquer caso, o uso destes em prol de terceiros não abrangidos pelo PNAE.** O descumprimento da recomendação submete o gestor à responsabilização criminal e administrativa”.

Ela considera “excessivamente rigorosa a Recomendação do Ministério Público neste caso.” Entende que “É certo que o poder público deve zelar pelo cumprimento do disposto da Carta Magna e na legislação infraconstitucional. A Lei nº 11.947, de 2009, contudo, não veda, em nenhuma parte de seu texto, o aproveitamento do **alimento excedente** por outros membros da comunidade escolar que não sejam os alunos.” E afirma que “Por mais que estejamos de acordo com a importância de se gerir a educação pública com base nos princípios da legalidade e da eficiência, sabemos que a precisão absoluta no cálculo da quantidade de alimento diário a ser oferecida

aos alunos é impossível. Por mais que se conduza tal estimativa com responsabilidade, são inevitáveis as situações que fogem ao controle do gestor – como as faltas de alunos, por exemplo – e que podem gerar refeições excedentes. Se seguida estritamente a referida recomendação do Ministério Público, essas sobras deveriam ir para o lixo. Se não são aproveitados pelos educandos, por que não admitir o consumo desses alimentos pela comunidade escolar?”

Esclarece então que a “proposta não gera ônus para os entes federativos nem exige qualquer aumento nos recursos financeiros consignados no orçamento da União para a execução do PNAE. Trata-se apenas de explicitar, no texto da Lei nº 11.947, de 2009, a possibilidade de o alimento excedente da merenda escolar ser consumido pelos profissionais da educação, com vistas a evitar constrangimento como esse a que foram submetidos os profissionais da educação do Rio Grande do Norte.(...)” E que “admitir, formalmente, o aproveitamento das refeições excedentes pelos membros da comunidade escolar é medida que beneficia o processo de educação alimentar, porquanto, na própria vivência pedagógica, ensina a alunos e a profissionais da educação que o alimento tem valor e não deve, de modo algum, ser objeto de desperdício.” E conclui que “ Finalmente, cabe-nos ponderar, em defesa da medida ora proposta, que dividir o alimento com outros membros da comunidade escolar fortalecerá, na prática pedagógica dos nossos alunos, a consolidação de valores como solidariedade e equidade – fundamentais para a formação do bom cidadão e para a construção do Brasil justo que tanto defendemos.”

O projeto foi apresentado em 02/02/2012 na Câmara dos Deputados e a Mesa Diretora o distribuiu, para análise e Parecer, às Comissões de Educação e Cultura (CEC) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), conforme o Regimento Interno. A Proposição se submete à apreciação conclusiva pelas Comissões e tramita ordinariamente.

Na CEC, onde foi recebida em 01/03/2012, não recebeu emendas no prazo regimental.

Em 07/08/2012 apresentamos nosso primeiro Parecer, favorável à aprovação do PL Nº 3.114/2012, à Comissão de Educação e Cultura.

Entretanto, em 05/10/2012 a Mesa Diretora determinou que o PL nº 4427/2012, que *Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, a fim de assegurar aos docentes da rede pública de ensino básico o direito à alimentação escolar*, de autoria do ilustre Deputado Jilmar Tatto, fosse apensado ao projeto nº 3.114/2012. Em favor de sua proposta, o autor argumenta que “A educação desempenha papel de inestimável importância na construção da cidadania, e tem na figura do professor seu maior expoente. (..) Assim, com o objetivo de permitir aos professores maior convívio com seus alunos, o presente projeto de lei pretende assegurar aos docentes o direito à alimentação escolar na rede pública de ensino básico. Afinal, o momento da “merenda” aproxima alunos e professores, quebrando formalidades típicas da sala de aula. Note-se que a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, não veda aos professores o direito à alimentação escolar. Infelizmente, têm ocorrido algumas interpretações restritivas de forma a proibir os professores de compartilharem das refeições com os alunos. Ora, tal injustiça precisa ser prontamente corrigida.” E conclui que “Por fim, além das razões já apontadas, precisamos reconhecer a melhor qualidade de vida que se proporcionará ao professor, que, muitas vezes, leciona em mais de uma escola e mal encontra tempo, entre uma jornada de trabalho e outra, para suas refeições em outro estabelecimento.”

É o Relatório.

## **II - VOTO DO RELATOR**

A eminente Deputada Sandra Rosado, autora deste interessante e oportuno projeto de lei, visa corrigir, com sua proposta, o que talvez pudéssemos qualificar como excesso de zelo das autoridades públicas, no sentido de coibir o mau uso da merenda escolar, por desvirtuamento de seus objetivos precípuos. Defende ela a permissão, com base legal, para que se possa ofertar aos profissionais da educação que trabalham nas escolas de todo o país, as refeições sobranes da merenda escolar – e somente no caso de haver alimento excedente -, sem qualquer prejuízo do direito à alimentação escolar dos alunos da educação básica pública.

Os argumentos da autora favoráveis à proposta, como vimos no Relatório, são ponderáveis e, como ela, entendemos também que não seria razoável desperdiçar alimento que venha a sobrar nas escolas, após distribuída a merenda aos alunos dos turnos, ou seja, a todos os alunos presentes nas escolas. Assim, a quem mais se deveria contemplar com o excedente diário da merenda que não o pessoal escolar, desde que esse procedimento não importe acréscimo de despesa nem preparo de quantidade de merenda que exorbite do necessário no dia a dia?

Há que se considerar também a necessidade de padronização em face da diferenciação de procedimentos hoje ocorrente nas milhares de escolas da rede pública nacional: umas permitem com que os professores, por exemplo, merendem com seus alunos em classe, outras escolas alegam que isso é vedado pelo Município, pelo Estado ou até pelo Ministério da Educação, sem muita base concreta de amparo.

Por entender meritória, do ponto de vista educacional e também social, a proposta contida no projeto de lei nº 3.114, de 2012, em análise, somos favoráveis ao seu acolhimento. E na medida em que o conteúdo do PL nº 4.427/2012, apensado, de autoria do nobre Deputado Jilmar Tatto, está integralmente contido no projeto principal, de escopo mais amplo, somos levados, por força regimental, a apresentar voto pela sua rejeição, não obstante sua louvável intenção.

Tendo em vista o exposto, votamos pela aprovação do projeto de lei nº 3.114, de 2012, principal, e pela rejeição do projeto de lei nº 4.427, de 2012, apensado.

Sala da Comissão, em            de            de 2012.

Deputado SEVERINO NINHO  
Relator